

Veículo: IAF	Online
Data: 17/06/2019	Coluna: Notícias



ICMS e Outros Quatro Tributos Poderão Ser Extintos



Tramita no Congresso Nacional uma proposta de Reforma Tributária consolidada na **PEC 45/2019** que cria o **Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)**, muito parecido com o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) adotado na Europa.

São três os principais pontos da proposta:

Instituição do **IBS** em substituição a cinco tributos (**PIS, COFINS, IPI, ISS e ICMS**);

Legislação de âmbito nacional;

Arrecadação comum entre União, Estados e Municípios.

Um motivo de grande preocupação na **PEC 45/2019** é que somente restou para os Estados e os Municípios a prerrogativa de alteração das alíquotas, com indefinições sobre os sistemas de fiscalização e de administração tributária dos entes subnacionais.

A proposta pretende acabar com os benefícios fiscais e a guerra fiscal, estabelecendo uma transição de 10 anos para que o ICMS seja extinto, e prevê a tributação no destino. A PEC já foi aprovada na Comissão e Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, e agora será analisada na Comissão Especial, oportunidade em que poderá receber emendas.

Atento a este movimento, o Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia criou uma equipe de diretores e filiados para estudar a matéria, sob a coordenação geral do Presidente **Marcos Carneiro**, sobretudo no sentido de examinar a repercussão do **IBS** nas garantias e prerrogativas da carreira de Auditor Fiscal.

Um estudo preliminar foi concluído pelo **IAF** e será disponibilizado para os participantes do **4º Congresso Luso-Brasileiro dos Auditores Fiscais** (16 a 19 de junho na cidade de São paulo), cujo tema será tratado em plenária, com palestra do economista **Bernard Appy**, dirigente do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF) e um dos autores intelectuais da **PEC 45/2019**.

Segue no topo da matéria o arquivo com o estudo preliminar realizado pelo **IAF**.

Diretoria do IAF – Trabalho e Transparência

Tribuna

União pagou em maio R\$ 401 mi em dívidas atrasadas de estados

O Tesouro Nacional pagou, em maio, R\$ 697,92 milhões em dívidas atrasadas de estados. Desse total, a maior parte, R\$ 653,69 milhões, é relativa a atrasos de pagamento do estado de Rio de Janeiro. Também foram pagos R\$ 44,23 milhões de Minas Gerais.

Os dados estão no Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito, divulgado hoje (17) pela Secretaria do Tesouro Nacional. As garantias são executadas pelo governo federal quando um estado ou município fique inadimplente em alguma operação de crédito. Nesse caso, o Tesouro cobre o calote, mas retém repasses da União para o ente devedor até quitar a diferença, cobrando multa e juros. É o que mostra reportagem de Por Wellton Máximo – Repórter da Agência Brasil Brasília. Nos cinco primeiros meses deste ano, a União já quitou R\$ 2,984 bilhões de dívidas em atrasos de entes subnacionais. Desse total, R\$ 1,605 bilhão coube a Minas Gerais e R\$ 1,38 bilhão ao estado do Rio.

Em 2016, 2017 e 2018, o Tesouro cobriu, respecti-

vamente, R\$ 2,377 bilhões, R\$ 4,059 bilhões e R\$ 4,803 bilhões em dívidas em atraso de estados e municípios.

As garantias honradas pelo Tesouro são descontadas dos repasses da União aos entes federados – como receitas dos fundos de participação e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), dentre outros. Sobre as obrigações em atraso incidem juros, mora e outros custos operacionais referentes ao período entre o vencimento da dívida e a efetiva honra dos valores pela União.

Nos últimos dois anos, no entanto, decisões do Supremo Tribunal Federal impediram a execução das contragarantias de vários estados em dificuldade financeira. Com a adesão do estado do Rio de Janeiro ao pacote de recuperação fiscal, no fim de 2017, o estado pôde contratar novas operações de crédito com garantia da União, mesmo estando inadimplente. Algumas contragarantias de Minas Gerais também não estão sendo executadas por causa de liminares concedidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Tribuna

Alice nega acordo por aprovação da reforma da Previdência

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

A Comissão Especial da Reforma da Previdência deve começar a debater hoje o parecer do relator, deputado Samuel Moreira (PSDB-RJ). O texto foi apresentado na quinta-feira passada e, em seguida, foi concedido pedido de vista coletivo, o que adiou o início da discussão na comissão por duas sessões do Plenário. O presidente do colegiado, deputado Marcelo Ramos (PL-AM), disse que a oposição concordou em não obstruir a fase de

debates. As inscrições para discutir o relatório ainda estão abertas. Até quinta-feira, já havia mais de 130 inscritos.

A deputada federal Alice Portugal (PCdoB) avaliou o novo relatório. Para a comunista, que é veementemente contra a matéria, houve uma redução de danos com as alterações apresentadas. "De fato há uma redução de danos e, na nossa compreensão, é fruto da nossa mobilização popular e de partidos da esquerda e do centro. Saiu o BPC, trabalhadores rurais, mas o espírito da reforma está mantido, que é o aumento do tempo de contribuição", declara, em entrevista à **Tribuna**

"O espírito da reforma, fiscalista e arrecadatório, está de pé. Ele não pensa nas pessoas, pensa na caixa. A capitalização saiu, mas com promessa de volta agora no segundo semestre. O relator dobrou-se aos interesses do governo. O que está saindo era previsto. E nós vamos lutar até o fim para não aprovar a reforma", destaca. A parlamentar também avalia a retirada dos estados e municípios nas mudanças. "Me parece, em alguns pontos, que ele joga a responsabilidade para os estados".

Na última sexta-feira, Alice Portugal participou dos dois protestos realizados em Salvador contra a aprovação da Reforma.

Indagada, a edil afirmou que as manifestações chegarão aos ouvidos de integrantes do governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL). "É esse eco que precisa chegar na Câmara dos Deputados e no Senado da República", alfineta. "Essa reforma é cruel, que tira direitos, e coloca nos ombros dos mais fracos a responsabilidade dos problemas fiscais do país. Previdência não é tributo, é direito social. Então, não é em cima dos pequenos trabalhadores que vai se resolver o déficit fiscal da união".

Questionada sobre os vazamentos do site The Intercept Brasil contra o ex-juiz e ministro da Justiça, Sérgio Moro, e



PARA Alice Portugal, houve uma redução de danos com as alterações na reforma da Previdência

procuradores da Operação Lava Jato, a deputada afirmou que as revelações podem culminar na anulação da eleição presidencial de 2018. "Nós estamos analisando os fatos. E esses fatos estão causando uma reforma suprapartidária. E já estamos arrecadando uma assinatura para uma CPI. Se ficar provado que o juiz entortou o jogo eleitoral, evidentemente nós podemos chegar a pedir a anulação da eleição nos tribunais superiores".

UNIÃO - O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, afirmou que é crítica do ministro da

Economia, Paulo Guedes, ao parecer do deputado Samuel Moreira (PSDB-RJ) à reforma da Previdência (PEC 6/19), acabou tendo um efeito positivo, porque unificou o Parlamento em torno do texto. Maia reafirmou que a reforma da Previdência não será impactada pelas crises no governo e que a agenda do Parlamento está focada, além da previdência, nas reformas tributária e administrativa. Ele também destacou que o Congresso também tem debatido propostas que melhorem os indicadores de pobreza no Brasil e reduzam as desigualdades.

Tribuna

Maia diz que comissão pode aprovar Previdência na semana que vem

AGÊNCIA BRASIL

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse ontem que a reforma da Previdência pode ser aprovada pela comissão especial que analisa o tema até o próximo dia 26. O parecer do relator da proposta de emenda à Constituição (PEC) na comissão especial da Câmara, Samuel Moreira (PSDB-SP), foi lido na última quinta-feira (13). O texto foi criticado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, segundo o qual, as alterações feitas na propos-

ta inicial enviada pelo governo podem "abortar" a reforma. Para o ministro, entre os principais problemas, estão as mudanças nas regras de transição que reduziram substancialmente a economia projetada.

Rodrigo Maia disse que o posicionamento de Guedes teve efeito positivo. "A fala uniu o Parlamento, nos deu chance de estar mais próximos dos governadores e prefeitos. Tem crises ou críticas que vêm para bem. Essa é uma delas. Fortaleceu a certeza [de] que a Câmara e o Senado podem ter neste momento o papel [de] protagonista que nunca tiveram nos últi-

mos 20 anos", afirmou o presidente da Câmara depois de participar de um evento sobre transparências promovido pelo Grupo Bandeirantes.

Maia comentou a demissão do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Joaquim Levy. Ele pediu para deixar o cargo ontem (16) após ser criticado pelo presidente Jair Bolsonaro. Segundo Bolsonaro, o motivo do descontentamento com Levy foi a nomeação do advogado Marcos Barbosa Pinto para o cargo de diretor de Mercado de Capitais do BNDES. O presidente da Câmara



RODRIGO MAIA disse ontem que a reforma da Previdência pode ser aprovada pela comissão especial que analisa o tema até o próximo dia 26

PRAZO

A Câmara dos Deputados atingiu na tarde de ontem o prazo de duas sessões do pedido de vista (mais tempo para análise) coletivo solicitado na semana passada ao final da apresentação, na comissão especial, do parecer do deputado Samuel Moreira (PSDB-SP) sobre a proposta de reforma da Previdência

do governo Jair Bolsonaro. A primeira das duas sessões do prazo de vista havia sido realizada na última sexta-feira (14), um dia após o relatório ser apresentado e lido na comissão especial criada exclusivamente para analisar a proposta do Executivo federal.

feito, criou suspeição sobre o Marcos Pinto. Esse advogado que foi demitido do BNDES é um dos quadros que mais entendem de política econômica do ponto de vista social no Brasil", ressaltou Maia, que elogiou a trajetória de ambos e os serviços que prestaram ao país.

feito, criou suspeição sobre o Marcos Pinto. Esse advogado que foi demitido do BNDES é um dos quadros que mais entendem de política econômica do ponto de vista social no Brasil", ressaltou Maia, que elogiou a trajetória de ambos e os serviços que prestaram ao país.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 18/06/2019	Caderno: Economia E Negócios



Reforma ficou maior

O financiamento da transição é o real desafio com a capitalização

Pedro Fernando Nery, O Estado de S.Paulo

18 de junho de 2019 | 04h00

O impacto fiscal da nova versão da reforma da Previdência é maior que o da versão inicial. É verdade que com as modificações trazidas pelo relator Samuel Moreira o impacto direto nos dez primeiros anos caiu de R\$ 1, 2 trilhão para R\$ 900 bilhões. Contudo, essa análise ignora a retirada do texto da capitalização, que necessariamente provocaria perda de arrecadação e aumentaria o déficit – em um montante desconhecido.

A capitalização traria o chamado déficit de transição. O modelo, em que cada um poupa para si, se contrapõe à repartição, em que cada um recolhe tributos para pagar os atuais benefícios – como no INSS. Assim, a capitalização é considerada superior à repartição quanto à formação de poupança (juros mais baixos) e à ausência de subsídios cruzados (mais igualdade).

Entretanto, é difícil migrar de um regime de repartição para um de capitalização. Os benefícios já concedidos devem continuar sendo pagos, ao passo que arrecadação, ou parte dela, não existe mais. Como os trabalhadores em atividade deixam de recolher total ou parcialmente os tributos que pagam os inativos, o déficit aumenta. Os recursos que migram dos tributos (repartição) para a poupança individual (capitalização) precisam ser cobertos pelo Tesouro. O déficit total é acrescido do novo déficit, o déficit de transição.

O custo da transição da capitalização na reforma não foi conhecido, porque na verdade a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) não criava o novo regime, só autorizava que futura lei complementar o fizesse.

Em diversas declarações, o ministro Paulo Guedes sugeriu que o custo seria limitado, porque o regime seria limitado aos jovens. A proposta teria o duplo objetivo de criar um regime de capitalização e combater o desemprego da juventude, desonerando dos salários a contribuição do INSS.

Entretanto, a PEC de reforma enviada pelo governo não restringiu a capitalização aos jovens. No limite, a transição poderia custar nos dez primeiros anos mais de R\$ 7 trilhões – caso incluísse todos os trabalhadores.

É evidente que esse é um exemplo extremo, mas com a redação inicial havia uma chance não negligenciável de os moldes da capitalização ser decidido por outro governo. A título de ilustração, o governo FHC emendou a Constituição em 1998 para prever a capitalização no serviço público, que só foi decidida no governo Dilma, em 2012.

O financiamento da transição é o real desafio com a capitalização, objeto de várias críticas impertinentes nos últimos meses: da lenda urbana de que o Chile virou campeão internacional de suicídios com o modelo à afirmação de que a maioria dos países desistiu desse regime.

Na verdade, alguma forma de capitalização é prescrita por organismos como o Banco Mundial e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e adotada em democracias avançadas famosas pelo Estado de Bem-Estar Social, como Austrália, Canadá, Reino Unido, Suécia e Noruega.

De fato, a mudança idealmente precisa de autorização na Constituição, exigindo PEC. É possível talvez fazê-la por simples projeto de lei ou medida provisória com saídas mais engenhosas como via FGTS (vide texto Capitalização sem o trilhão, do professor Hélio Zylberstajn, publicado recentemente no jornal) ou alguma desoneração condicional a depósitos em previdência complementar.

Não deveria ser problema, porém, que a proposta fosse revisitada com maior detalhe em nova PEC. Afinal, como sugere o ministro, há a intenção de que os filiados ao novo regime de Previdência, por capitalização, sejam também filiados a uma nova legislação trabalhista – apelidada de carteira de trabalho verde e amarela.

A carteira verde e amarela foi a principal proposta das eleições para um dos temas mais negligenciados do debate público: a altíssima taxa de desemprego jovem (que era alta mesmo no período áureo do mercado de trabalho). O problema está diretamente relacionado a chagas como a violência urbana e a pobreza infantil (muitos pais de crianças pobres são jovens).

Em muitos países o custo de contratar jovens é menor. Não no Brasil, em que estão sujeitos inclusive à mesma alíquota patronal para o INSS, de 20% – uma das maiores do mundo (a média no G-20 e América do Sul é menos da metade, 9%).

Caso não se restrinja à desoneração da folha, a carteira verde e amarela de Guedes precisaria de modificação da Constituição, para aproximar a legislação trabalhista brasileira da de países em que é mais flexível, como Nova Zelândia, Austrália, Chile e EUA. Assim, a capitalização pode em breve retornar à discussão.

18/06/2019 - 05:00

Reforma garante teto de gastos por 2 anos

Por Ribamar Oliveira

Embora o ministro da Economia, Paulo Guedes, tenha advertido que o esforço fiscal a ser obtido com o substitutivo do relator da reforma da Previdência Social, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), não permite a criação do sistema de capitalização, ele será importante para dar sustentabilidade às contas públicas nos próximos anos, caso seja aprovado pelo Congresso.



Para Salto, "efeito fiscal da reforma é significativo", mesmo com desidratação

O objetivo da reforma não foi o de obter receitas para reduzir ou eliminar o atual déficit previdenciário, mas o de diminuir o ritmo de crescimento das despesas ao longo dos próximos anos. Mesmo com a "desidratação" feita na proposta original pelo relator, o substitutivo apresentado ajudará a manter as despesas da União dentro do teto de gastos por alguns anos, pelo menos.

O parecer de Moreira propõe um corte de R\$ 860 bilhões nas despesas projetadas para o sistema previdenciário federal nos próximos 10 anos. Ou seja, se o substitutivo não for aprovado, o gasto conjunto do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) da União será maior nesse montante.

Na economia estimada com o substitutivo de Moreira não está incluída a receita a ser obtida com a proposta do relator de aumentar a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos bancos. Ela se refere apenas ao corte de gastos. A mudança na CSLL

e o desvio de parte dos recursos do PIS/Pasep do BNDES para a Previdência são as únicas receitas previstas no parecer.

A redução do crescimento das despesas da Previdência permitirá que o governo elabore o Orçamento da União ainda dentro do teto de gastos por alguns anos. Mesmo assim, como as despesas previdenciárias continuarão aumentando, embora em ritmo menor, outros gastos terão que ser reduzidos para que o teto seja cumprido. A Instituição Fiscal Independente (IFI), entidade do Senado, estima que mesmo com a aprovação da reforma, o teto já será descumprido em 2022.

Com o descumprimento do teto, o governo teria que adotar as regras de controle de despesas que constam da Emenda Constitucional 95. Elas proíbem a criação de novos gastos, a realização de concurso público, a concessão de reajuste salarial ou qualquer tipo de vantagem aos servidores, e a concessão de aumento real para o salário mínimo, entre outras medidas.

O diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, considera que o "efeito fiscal da reforma é significativo", mesmo com a "desidratação" feita na proposta pelo relator Moreira. A estimativa preliminar da IFI é que a "desidratação" reduziu a economia inicialmente prevista com a reforma em 26%. Em vez de uma economia de R\$ 997,4 bilhões em 10 anos, inicialmente prevista, a IFI agora trabalha com algo em torno de R\$ 740 bilhões.

O corte nas despesas previdenciárias futuras não diminuirá o déficit primário do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central), pois o gasto máximo da União de cada ano já está dado pelo teto. Neste cenário, o resultado primário só melhorará com o aumento das receitas federais, que depende da recuperação da atividade econômica.

Felipe Salto acredita que a aprovação do substitutivo de Moreira pelo Congresso vai melhorar as expectativas do mercado, ajudando na redução dos juros e na retomada da economia. "O mercado vai precificar juros mais baixos, o que reduzirá o custo do endividamento público", explicou. Com isso, o diretor executivo da IFI espera uma redução do déficit nominal do setor público.

As projeções da IFI indicam que a União só passaria a fazer superávit primário em suas contas a partir de 2026, mesmo com a aprovação da reforma da Previdência. O déficit primário do governo central acumulado nos últimos doze meses, até abril, ficou em 1,62% do Produto Interno Bruto (PIB).

O sistema de capitalização proposto por Guedes, e que foi expressamente rejeitado pelo relator Moreira, previa que o trabalhador que ingressasse no mercado de trabalho iria contribuir para sua aposentadoria depositando todo mês um determinado valor, que não foi definido, em uma conta individual. Com isso, ele deixaria de contribuir para o RGPS.

Com a redução da receita do RGPS, o déficit iria aumentar. Este é o custo de transição do novo regime, representado pela perda de receita com a ida dos trabalhadores para o regime de capitalização. O governo nunca informou, no entanto, qual era sua previsão para o custo de transição. Cada especialista tem sua estimativa. Alguns projetam que ele pode chegar a um valor equivalente a dois PIBs, ou seja, superar R\$ 12 trilhões até a extinção do atual regime previdenciário de repartição simples.

Para lançar o regime de capitalização, Guedes necessitava de uma redução ainda mais significativa das despesas previdenciárias, o que seria uma forma de controlar o déficit do RGPS e do RPPS.

Outra maneira de viabilizar a capitalização seria adotar a chamada conta nacional. Isto significa que parte da contribuição mensal do trabalhador continuaria ingressando nos cofres do Tesouro Nacional e ajudaria a cobrir o déficit do RGPS. Seria uma espécie de empréstimo ao Tesouro. O dinheiro do trabalhador seria contabilizado em uma conta individual e remunerado de acordo com critérios a serem definidos em lei.

18/06/2019 - 05:00

O ICMS entre a guerra fiscal e a reforma

Por **Marta Watanabe**



No agregado de 26 Estados, as receitas correntes cresceram 2,8% de janeiro a abril deste ano contra igual período de 2018. Alta nominal, abaixo da variação de 4,94% do IPCA nos 12 meses encerrados em abril. Em Goiás, na mesma comparação, essas receitas avançaram 11,6%. Os dados constam dos relatórios fiscais entregues ao

Tesouro Nacional.

O crescimento das receitas goianas acima da média é atribuído em boa parte pela Fazenda estadual ao corte de benefícios fiscais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Em Goiás, a renúncia com incentivos fiscais é relativamente alta. Para 2019 deve somar R\$ 8 bilhões, o que representa 50% da arrecadação de ICMS estimada para o ano. Em entrevistas concedidas anteriormente ao **Valor**, Cristiane Schmidt, secretária de Fazenda de Goiás, disse que o Estado irá avaliar os incentivos de ICMS em vigor. A análise, frisou, será feita de forma cuidadosa, em conjunto com o setor produtivo.

A secretária destaca que o Estado precisa do aumento de receitas. Segundo os relatórios fiscais, no mesmo agregado de 26 entes, as despesas correntes aumentaram 4,5% nominais no primeiro quadrimestre. Em Goiás o avanço foi de 19,3%. As despesas de pessoal do Estado, diz Cristiane, aumentaram em boa parte em razão de contratações determinadas anteriormente e por custos de demissão visando um ajuste no longo

prazo. O corte de incentivos fiscais, tem defendido a secretária, é a forma mais racional de se conseguir receitas no momento em que a recuperação econômica ainda é lenta para trazer aumentos mais expressivos nas receitas.

Appy: no agregado, incentivos trazem perda de receita

Os Estados não parecem caminhar todos nesse sentido. Foi uma disputa pela redução de ICMS - sobre querosene de aviação (QAV) - que causou discórdia entre as Fazendas estaduais na última reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), em maio.

Atualmente um convênio do Confaz permite a redução de ICMS sobre QAV para 13 Estados. Na última reunião um grupo de pelo menos seis - Goiás, Rio Grande do Norte, Maranhão, Mato Grosso, Rio de Janeiro e São Paulo - solicitou a adesão ao convênio. Os pedidos foram negados em meio à falta de consenso e a uma discussão acalorada. Na ocasião, o secretário de Fazenda do Rio Grande do Norte, Carlos Eduardo Xavier, chegou a adotar, com outros secretários, a estratégia de pedir vistas, o que travou a pauta. Segundo Xavier, o Estado demonstrou depois que na verdade já estava incluído no convênio, o que deve possibilitar ainda neste mês a edição de um decreto para reduzir o ICMS potiguar sobre QAV.

"Não se conseguiu discutir mais nada na reunião depois da discussão sobre QAV", lembra George Santoro, secretário da Fazenda de Alagoas. Com o objetivo de apaziguar os ânimos, diz, o Estado deve apresentar na próxima reunião do Confaz, em julho, uma proposta de novo convênio com patamares mínimos de redução de alíquota conforme o Estado ou a região. "É apenas uma proposta para ser debatida e tentar consenso. Caso seja aprovada, valerá a partir de então. Todos os acordos anteriores serão mantidos."

Para Santoro, o assunto é complexo. E o movimento de São Paulo para reduzir a alíquota sobre QAV, diz ele, aumentou a disputa pela redução do imposto. Alagoas deve propor que a redução do ICMS sobre QAV em São Paulo seja limitada a 12%. Os níveis mínimos propostos variam, segundo ele. Em alguns Estados a alíquota poderia chegar a 7%, e nos governos da região Norte, a 3%, por exemplo.

São Paulo anunciou em fevereiro a redução de 25% para 12% do ICMS sobre QAV. Paralelamente ao pedido de adesão ao convênio do Confaz, o governo paulista enviou à Assembleia Legislativa um projeto de lei propondo a alíquota menor que entraria em vigor em junho. Como ainda não foi votado, o projeto entrou em regime de urgência. Tanto o governador de São Paulo, João Doria, quanto o secretário de Fazenda e Planejamento do Estado, Henrique Meirelles, dizem que o incentivo não caracteriza guerra fiscal.

De fato não é o que se convencionou chamar de guerra fiscal. Porque assim era denominada a disputa anterior na oferta de benefícios concedidos ilegalmente, à revelia do Confaz. Não é o caso dos incentivos anunciados por São Paulo durante a gestão Doria.

A Lei Complementar 160/2017 permitiu aos Estados a convalidação dos incentivos irregulares de ICMS existentes anteriormente e proibiu a oferta de novos incentivos. Mas a mesma lei deixou uma brecha ao permitir que os entes federados façam a chamada "cola", que é a possibilidade de reproduzir reduções do imposto oferecidas por Estados da mesma região. "A iniciativa de São Paulo não viola a legislação, mas tem grande repercussão econômica sobre os demais locais", diz Santoro.

O fato de os incentivos dos Estados agora serem legais, porém, parece não mudar os efeitos no conjunto dos Estados. É por isso que a nova batalha por redução de alíquotas já é nomeada por alguns como guerra fiscal. "Por causa de São Paulo, todos querem aderir para ter a possibilidade de entrar na guerra se precisarem. Isso é uma estratégia kamikaze", disse Cristiane, logo após a reunião do Confaz em maio.

Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), chama a atenção para os impactos desse movimento. Ele avalia que alguns incentivos fazem sentido do ponto de vista do Estado que os oferece, ajudando a atrair investimentos. "Mas uma iniciativa nesse sentido faz com que outros governos façam concessão de benefícios ainda maiores. No agregado, claramente há perda de arrecadação." Há ainda, lembra ele, a tendência estrutural do ICMS de perda de fatia na arrecadação global. Um dos motivos é que o imposto não tem conseguido capturar serviços cada vez mais importantes.

Uma reforma tributária para criar um imposto mais eficaz, não cumulativo e cobrado no destino - o contrário de tudo o que é hoje o ICMS - solucionaria a batalha de alíquotas. "Mas hoje se discute uma reforma com transição que levará dez anos", diz Santoro. No decorrer desse período, explica, os Estados querem preservar a possibilidade de conceder benefícios sobre a parte que irá arrecadar. Ele conta que uma redução do ICMS sobre QAV em 2016 propiciou a Alagoas elevar em quatro vezes a arrecadação sobre o produto.

Ou seja, com a aprovação da reforma ou não, a nova guerra fiscal de ICMS deve perdurar.

Marta Watanabe é repórter

E-mail: marta.watanabe@valor.com.br

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Opinião
Data: 18/06/2019	Página: A3

FOLHA DE S.PAULO

A continuidade da crise

Estrutura fiscal ineficiente emperra o crescimento

José Maria Alves da Silva

Doutor em economia e professor titular aposentado da Universidade Federal de Viçosa (MG)

Está para se completar um semestre desde a posse do presidente Jair Bolsonaro (PSL) e, contrariamente ao que muitos esperavam, a crise econômica continua firme e forte.

Com a escolha de Paulo Guedes para o comando da economia, Bolsonaro simplesmente adotou o “bode expiatório” criado por Henrique Meirelles, apostando que a aprovação de uma adequada reforma previdenciária traria de volta o crescimento econômico, por simples reversão de expectativas.

Se o projeto de Guedes passar, será que no dia seguinte os investidores voltarão a acreditar no Brasil? Ah, que bom seria se o Brasil tivesse apenas um nó a ser desatado!

Desde 1936, quando John Maynard Keynes publicou a maior obra científica em economia do século 20, qualquer bom estudioso da ciência econômica sabe que déficits públicos geralmente não surgem como causas de crises econômicas, mas

sim como consequências, e até benignas, posto que se não surgissem as crises seriam piores.

Como a experiência brasileira tem mostrado em conjunturas recessivas, medidas de restrição fiscal, em vez de solução, são fatores agravantes do problema. Quando Henrique Meirelles propôs e logrou a aprovação de um plano de redução do gasto público, estabelecido como emenda constitucional, o argumento também apelava para as expectativas. Qual foi o resultado?

Desde a instituição do sistema de metas de inflação, no governo Fernando Henrique Cardoso, a política de estabilização macroeconômica tem-se caracterizado pela contenção do gasto fiscal primário combinado com a manutenção de juros extremamente elevados.

Para a vigência do contingente atual de 13 milhões de desempregados, essa política deu uma contribuição importante. Mas, apesar disso, a in-

flação brasileira permaneceu acima da média mundial, em todo o período. Será que sem o propalado déficit da Previdência os resultados seriam melhores?

O que está na origem dos percalços da economia brasileira não é o volume do gasto estatal nem o tamanho do déficit público, mas sim uma estrutura fiscal ineficiente e inadequada para o desenvolvimento do país, agravada por uma política monetária que só é benigna para o capital financeiro. Nesse cenário, “reformas” isoladas como a da Previdência só servem para impressionar o público leigo e desviar a atenção dos problemas cruciais.

Não é desatando apenas um nó que se vai tirar o Brasil das amarras que impedem o seu desenvolvimento. É preciso trabalhar numa frente ampla de questões, começando por uma reorientação das finanças públicas e da política monetária. É preciso estabelecer grandes prioridades e dirigir a política econômica para o alcance de poucos e bem definidos objetivos nas áreas de educação, saúde, segurança e infraestrutura, eliminando-se o fatiamento orçamentário em uma multiplicidade de programas governamentais oportunistas, autointeressados e eleitoreiros, que privilegiam grupos específicos em detrimento do todo.

Enfim, é preciso um plano articulado para o desenvolvimento econômico. Foi isso que faltou nos governos anteriores e, ao que parece, continuará em falta no atual governo.

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Opinião / Editorial
Data: 18/06/2019	Página: A2

FOLHA DE S.PAULO

Indústria do bônus

Levantamento do Ministério da Economia revelado por esta **Folha** estima que houve desembolso de R\$ 1,7 bilhão em 2018 com bônus e honorários para apenas seis carreiras do Executivo federal.

Com incrementos de até 30% no salário, que podem alcançar R\$ 7.000 em um mês, na prática os servidores contemplados nada precisam fazer para merecê-los. Não era essa a justificativa original, mas, como tantos privilégios no Brasil, o benefício resulta de uma vergonhosa deturpação de objetivos.

O que nasce como incentivo à produção e à eficiência pereniza-se como aumento disfarçado de proventos de uma elite, incorporado até por inativos.

Considere o caso dos auditores fiscais e analistas tributários da Receita Federal. Os analistas ganharam em 2017 direito a um bônus de R\$ 1.800 mensais; os auditores, ao mimo de R\$ 3.000. Dispêndio total no ano passado: R\$ 844 milhões.

São valores fixos, e não proporcionais a qualquer avanço de eficiência. Não é obrigatório fazer nada a mais para percebê-los, tanto é que aposentados os recebem. Na Receita como um todo, 15,3 mil ser-

vidores da ativa e 26,6 mil inativos são atualmente agraciados.

Em 2017, ano da introdução da *benesse*, houve algum aumento nas autuações, que chegaram a 390 mil e geraram crédito extra de R\$ 205 milhões. No ano seguinte, elas despencaram para 346 mil, com ganho de meros R\$ 187 milhões. Os bônus não se sustentam nem ética nem aritmeticamente.

Diga-se, aliás, que a vinculação do bônus a multas aplicadas representaria um incentivo perigoso a abusos. Entretanto alguma medida de produtividade teria de embasar o pagamento adicional.

Verdade que o Tribunal de Contas da União já havia despertado para esse flagrante desvio. Questionou a isenção de pagamento de contribuição previdenciária sobre o bônus e a ausência de estimativa de impacto fiscal ou de medidas para compensar o custo da medida.

Parece incrível que o governo, às voltas com uma crise orçamentária profunda, negligencie tal descabro, ao pleitear no TCU mais tempo para uma solução. O Executivo obviamente teme melindrar corporações influentes e enfrentar uma greve de chantagem.

FOLHA DE S.PAULO

Guedes escolhe 'jovem banqueiro' de sua equipe para comandar o BNDES

Gustavo Montezano, 38, era adjunto de Salim Mattar, secretário de Desestatização que se queixava da atuação de Levy no banco

BRASÍLIA E SÃO PAULO O ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou nesta segunda (17) Gustavo Montezano, 38, como novo presidente do BNDES.

Ele substituirá Joaquim Levy, 58, que pediu demissão no domingo (16) após o presidente Jair Bolsonaro dizer que ele estava "com a cabeça a prêmio". Guedes chancelou a fritura pública do economista.

Segundo auxiliares do ministro, a escolha segue a estratégia que ele considera bem-sucedida até o momento de nomear para sua equipe "jovens banqueiros".

Montezano foi sócio-diretor do BTG Pactual e atuou nas áreas de crédito e commodities. Assim, nesse linha, ele teria perfil semelhante ao dos presidentes do Banco Central, Roberto Campos Neto, e da Caixa, Pedro Guimarães.

No setor privado, o currículo de Montezano é reconhecido. Apesar da pouca idade, é considerado inteligente. Porém, para executivos mais graduados, é visto sem estatura para o cargo de presidente do maior banco de fomento do país.

Levy, por exemplo, foi diretor financeiro do Banco Mundial e diretor do Bradesco, além de secretário estadual de Finanças do Rio, secretário do Tesouro Nacional e ministro da Fazenda.

O nome de Montezano foi



Gustavo Henrique Moreira Montezano, 38

Graduado em engenharia pelo IME-RJ (Instituto Militar de Engenharia) e mestre em economia pelo Ibmec-RJ, foi diretor de operações da ECTP (BTG Commodities) e sócio-

da atuação de Levy. Para ele, faltava no cargo alguém mais voltado à desestatização.

Para a equipe de Guedes, a prioridade de Montezano será avançar na venda de ativos em poder do BNDES e se empenhar em fornecer apoio técnico para as privatizações do governo federal — uma das questões que o governo afirma ter se transformado em impasse na gestão Levy.

No banco, porém, a avaliação é que a negociação de ativos deve ser realizada no momento oportuno.

Com a escolha de Montezano, afirmam auxiliares de Guedes, a ideia também é acalmar as expectativas do mercado e

Montezano é mais um integrante do grupo que estudou no Ibmec — escola fundada por Guedes. Graduado em engenharia pelo IME (Instituto Militar de Engenharia), é mestre em finanças pelo Ibmec. Ele tem 17 anos de carreira no mercado financeiro.

Seu nome foi escolhido após uma saída considerada traumática de Levy. As críticas do presidente, na avaliação de um auxiliar de Guedes, foram a gota d'água em um copo que já estava para transbordar.

A gestão de Levy gerou irritação no ministro pela dificuldade de dar andamento em determinações do governo.

A avaliação é que Levy não conseguiu abrir a "caixa-preta" do BNDES, promessa de campanha de Bolsonaro.

Ele também era criticado por resistir em devolver recursos devidos pelo BNDES ao Tesouro Nacional no ritmo desejado por Guedes.

Segundo um interlocutor do ministro, na conversa com Montezano, Guedes deixou claro que o repasse do dinheiro faz parte do pacote que precisará ser cumprido.

Guedes já disse que espera receber R\$ 126 bilhões do BNDES neste ano. A medida irá impactar positivamente a dívida pública e é tratada como necessária para ajudar no ajuste fiscal.

escolhido depois de um longo dia de reuniões entre Bolsonaro e Guedes. Os dois se reuniram pela primeira vez logo pela manhã, em encontro não previsto na agenda.

Durante todo o dia, o nome de Salim Mattar, secretário especial de Desestatização e Desinvestimento, responsável pelo programa de privatizações, era o favorito.

A escolha, no entanto, acabou ficando de lado por um temor de auxiliares do presidente de que a indicação do empresário esbarraria na Lei das Estatais, que veda a nomeação de quem tenha trabalhado na "organização, estruturação e realização" de campanha eleitoral nos últimos 36 meses — caso dele, que atuou pela eleição de Bolsonaro.

Apesar de ter sido preterido, Mattar conduziu a escolha e emplacou Montezano, seu secretário-adjunto.

O empresário se queixava

diretor do BTG Pactual responsável pela divisão de crédito corporativo e estruturados; foi analista de private equity no banco Opportunity

afastar eventuais temores sobre possíveis ingerências políticas de Bolsonaro nas decisões da equipe econômica.

Porém, a colegas do setor financeiro, contam fontes do mercado, Montezano costuma dizer que é amigo próximo de filhos de Bolsonaro. Cita em conversas Flavio e Carlos, de quem conta já ter sido vizinho.

A principal orientação de Bolsonaro é que ele identifique onde foram investidos os recursos usados em operações concedidas em governos do PT. Até agora, nenhuma ação foi aberta contra servidores do banco.

Há preocupação, agora, entre graduados executivos do setor privado, sobre a capacidade de diálogo de Montezano com servidores públicos considerados de perfil técnico.

Na equipe econômica, o entendimento é que o novo presidente tem alinhamento à agenda defendida por Guedes.

O porta-voz da Presidência, general Otávio Rêgo Barros, disse nesta segunda-feira que Bolsonaro espera que Montezano dê andamento a esse processo.

A devolução de recursos não é vista com preocupação, e o entendimento é que ele deverá cumprir a tarefa sem resistências. Aviso no ministério é que, mesmo com os pagamentos, o banco não necessariamente ficará pequeno.

Segundo o porta-voz da Presidência, Bolsonaro também acha que o BNDES deve aumentar investimentos em infraestrutura e saneamento.

No ano passado, o banco teve lucro de R\$ 6,7 bilhões, crescimento de 10% em relação ao ano anterior. O desempenho, porém, foi prejudicado pelo calote em financiamentos concedidos a Venezuela e Cuba. **Bernardo Caram, Fábio Pupo, Talita Fernandes, Danielle Brant e Alexa Salomão**

Novo presidente encontrará resistência interna contra enxugamento e discurso de 'caixa-preta'

Nicola Pamplona

SÃO PAULO O novo presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Gustavo Montezano, assumirá o cargo em meio a um momento de mobilização interna contra o processo de enxugamento das funções do banco de fomento.

Encontrará também resistências à principal missão dada pelo presidente Jair Bolsonaro, que é "abrir a caixa-preta" de operações feitas em governos petistas.

Após a nomeação, a AFBNDES (Associação dos Funcionários do BNDES) manteve para esta quarta-feira (19) protesto contra a "anti-patriótica destruição" do banco, convocado após a inclusão no texto da reforma da Previdência de cláusula que acaba com os repas-

R\$ 11,1 bi foi o lucro do BNDES no 1º trimestre

35,3% dos recursos vieram do FAT/PIS-Pasep no 1º trimestre; a maior fatia proveio do Tesouro —36,6%

R\$ 270 bi era a dívida do BNDES com o Tesouro ao fim do 1º trimestre

se de verbas do PIS/Pasep para a instituição.

"O ato não tem nenhuma relação com a saída do [João] Levy. Foi convocado em razão da proposta do relator [da reforma da Previdência, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP)]", disse o vice-presidente da associação, Arthur Koblit.

A diretoria da associação evitou comentar a indicação de Montezano. Em nota no sábado (15), a entidade afirmava que Levy agiu corretamente ao não apoiar "fantasias e calúnias" de Bolsonaro em relação à chamada caixa-preta do banco.

A nomeação de Montezano foi recebida com surpresa —o nome não constava nas listas de apostas— e reforça a política de enxugamento do banco e foco na atuação em privatizações, estratégia

que vem sendo implementada desde a indicação de Maria Sílvia Bastos Marques pelo então presidente Michel Temer após o impeachment de Dilma Rousseff.

Montezano pegará uma diretoria montada recentemente por Levy, que indicou nomes de sua confiança no final de março e, na semana passada, anunciou a criação de uma nova área de mercado de capitais, para onde levaria o advogado Marcos Barbosa Pinto, citado por Bolsonaro como a gota d'água para a demissão.

Em março, Levy levou para o BNDES Roberto Marucco, que deixou a Avon, e Denise Pavarina, ex-diretora do Bradesco, para os lugares de Ricardo Ramos e Cláudia Prates, únicos funcionários de carreira que ainda ocupavam diretorias no banco.

Veículo: O Globo	Online
Data: 18/06/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

No BNDES, missão de Montezano é ressarcir Tesouro

Ministro da Economia indicou número dois da secretaria de Desestatização com a missão de focar em privatizações e acelerar devolução de recursos do banco ao Tesouro para reduzir dívida pública. Maia volta a criticar saída de Levy



O escolhido. O engenheiro Gustavo Moreira Montezano vai assumir o BNDES no lugar de Joaquim Levy: indicado é descrito como muito alinhado a Guedes pela excelência técnica e forte cultura interna. Mas o clima de caça às bruxas aumenta a cautela dos técnicos para assinar operações.

O ministro Paulo Guedes, da Economia, optou por Gustavo Montezano para o lugar de Joaquim Levy na presidência do BNDES com o objetivo de acelerar a devolução para o Tesouro de dinheiro aportado ao banco. Ex-sócio do BTG, Montezano é secretário especial adjunto no Ministério da Economia.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, escolheu ontem o engenheiro Gustavo Montezano para comandar o BNDES no lugar de Joaquim Levy—primeira baixa na equipe econômica do governo Bolsonaro — para acelerar as privatizações e a devolução antecipada de recursos do Banco ao Tesouro Nacional. A indicação foi antecipada pela colunista do GLOBO Míriam Leitão em seu blog. Os recursos serão usados para reduzir o estoque da dívida pública, uma das bandeiras de Guedes. A devolução dos recursos que foram aportados pelo Tesouro no BNDES a partir de 2009 era um dos pontos de atrito entre Guedes e Levy, que

pediu demissão no fim de semana após presidente Jair Bolsonaro declarar que ele estava com a “cabeça a prêmio”.

Montezano é atualmente o número dois da secretaria de Desestatização e Desinvestimento do Ministério da Economia, dirigida por Salim Mattar, que chegou a ser cotado para o BNDES. Segundo fontes na equipe econômica, Montezano será um homem de Salim Mattar no banco. Além de devolver dinheiro ao Tesouro, focará na estruturação de projetos de privatização, especialmente em saneamento a estados e municípios.

Mattar chegou a demonstrar interesse pelo BNDES para ter maior autonomia no processo de privatizações, já que tem confessado a interlocutores estar insatisfeito com os limites de sua secretaria para entregar resultados. Os leilões realizados pelo governo até agora foram todos patrocinados pelo Programa de Parcerias

Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados de Investimentos (PPI), que ficou ligado ao Planalto, fora da pasta da Economia. Mas o governo desistiu da nomeação por temer algum entrave na indicação e optou pelo braço direito dele, apresentado como um profissional de mercado. Montezano já havia sido sugerido por Guedes para a diretoria do BNDES, mas não foi acolhido por Levy.

VIZINHO DOS BOLSONAROS

Engenheiro formado pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), Montezano tem mestrado em Finanças pelo Ibmec-RJ. Carioca de 38 anos, ele fez carreira na área de crédito a grandes empresas do BTG Pactual, depois de um início como analista no Opportunity. Tornou-se sócio do BTG e teve seu último posto no banco em Londres, na área de commodities. Deixou a instituição para voltar ao Brasil e se juntar à equipe montada por Paulo Guedes para o governo Bolsonaro. Alinhado às ideias liberais do ministro — um velho amigo de seu pai, o acadêmico Roberto Montezano — e de Mattar, dono da locadora de veículos Localiza que conheceu no BTG, Gustavo Montezano também é próximo aos filhos do presidente Jair Bolsonaro, de quem foi vizinho na infância.

O deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) disse não saber se Montezano apoiou seu pai na campanha de 2018, mas contou que tem uma relação de proximidade com ele, que tem a mesma idade de seu irmão, o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ).

— Elenão iri para o BNDES se não tivesse alinhamento total com as propostas defendidas por Paulo Guedes para o banco. Ele é bem alinhado com esses objetivos e com a visão de que, nos últimos governos, o BNDES sofreu uma interferência indevida e se afastou de seu papel de ajudar pequenas e médias empresas, de participar de projetos de impacto social — disse uma pessoa próxima a Montezano.

Um dos complicadores para Montezano cumprir a principal missão que receberá de Guedes no BNDES, a aceleração da devolução de recursos ao Tesouro, é o Tribunal de > O alinhamento de Gustavo Montezano às demandas de Jair Bolsonaro e do ministro da Economia, Paulo Guedes, no BNDES terá como obstáculo o corpo funcional do banco, conhecido > Além da diretoria, a governança do BNDES deixa muito pouco espaço para seus presidentes trazerem gente de fora. Assim como seus antecessores, Montezano dependerá dos funcionários para tirar seus planos do Contas da União (TCU). Até agora, já foram depositados R\$ 338 bilhões — R\$ 30 bilhões só neste ano. O saldo devedor remanescente desses contratos é de R\$ 238,1 bilhões. O Ministério da Economia negocia com o banco a possibilidade de receber mais R\$ 70 bilhões ainda em 2019. Técnicos do TCU querem saber, continuamente, se mesmo com os pagamentos antecipados o banco continua em condições de emprestar recursos. Por isso, o tribunal faz um controle de perto das operações.

O TCU exige, por exemplo, que o Ministério da Economia encaminhe documentos demonstrando que a decisão sobre a forma de pagamento — > A insistência de Bolsonaro sobre abrir a “caixa preta” do banco, por exemplo, esbarra na expectativa dos técnicos de que seu presidente defenda a lisura dos que conduziram operações se em recursos financeiros ou em títulos públicos federais — foi tomada pelo BNDES e que essa decisão foi “rigorosamente fundamentada”, explicitando as vantagens para o banco. Também pede muitos documentos relacionados à formalização das operações.

MAIA VÊ ‘COVARDIA’

Em São Paulo, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), voltou a criticar a forma como Joaquim Levy deixou o BNDES, uma dia depois de o presidente Jair Bolsonaro dizer que estava “por aqui” com o economista e que ele estava com a “cabeça a prêmio” por ter nomeado o advogado Marcos Barbosa que se tornaram suspeitas na Lava-Jato, como o financiamento de serviços de empreiteiras no exterior ou das “campeãs nacionais”.

Apurações internas, do TCU e da PF não levaram a evidências conclusivas contra funcionários do BNDES. Só os ex-presidentes Luciano Coutinho e Guido Mantega viraram réus em ação. Pinto para a diretoria de Mercado de Capitais do banco. Pinto foi chefe de gabinete de Demian Fiocca, quando ele foi presidente do BNDES, no governo Lula.

— É uma pena o Brasil ter perdido dois quadros da qualidade de Joaquim Levy e Marcos Pinto da forma como foram retirados. Foi uma covardias precedentes. Não digo nem sobre o presidente, pois quem tem que segurar firme é quem nomeou, e quem nomeou foi o ministro da Economia — disse Maia.

Mais uma vez o principal alvo de Maia foi o ministro da Economia, Paulo Guedes. Na semana passada, o presidente da Câmara já havia rebatido críticas de Guedes ao relatório da reforma da Previdência apresentado na Comissão Especial da Câmara. Ontem, ele criticou indiretamente Guedes por não ter defendido Levy e Pinto nos cargos. Maia afirmou que demitir colaboradores é um direito do governo, mas defendeu uma outra forma:

— Quer demitir, chama e demite. Ninguém é obrigado a ficar com nenhum servidor se deixou de ser de confiança. Tratar quadros da qualidade dos dois dessa forma, eu achei muito ruim

— disse Maia. — Eu queria que o Marcos Pinto fosse aproveitado em uma área com debate importante na economia com viés social. Ele é um dos melhores do Brasil. É uma pena que foi feito dessa forma. Não podemos tratar as pessoas desse jeito.

Apesar das críticas, Maia disse ontem que as recentes crises do governo Bolsonaro não terão impacto sobre a tramitação de reformas como as da Previdência e tributária no Legislativo. (Manoel Ventura, Renata Vieira, Geralda Doca, Gustavo Maia, Jussara Soares, Rennan Setti e Ana Letícia Leão)

“É uma pena o Brasil ter perdido dois quadros da qualidade de Joaquim Levy e Marcos Pinto da forma como foram retirados. Foi uma covardia sem precedentes” _

FOLHA DE S.PAULO

Caça às bruxas

Bolsonaro força saída de Levy do BNDES sem razões convincentes; Guedes, que endossou ataque, vai depender da lealdade de servidores experimentados

Apenas por inexistência de palavra mais precisa chama-se de fritura o processo a que o presidente Jair Bolsonaro (PSL) tem submetido auxiliares como Joaquim Levy, recém-saído da chefia do BNDES.

No jargão brasileiro, o termo descreve métodos menos explícitos de desgastar um subordinado e induzi-lo a deixar o cargo, em geral por meio de manifestações indiretas ou anônimas que se acumulam ao longo de dias ou semanas.

O que Bolsonaro fez com Levy foi um ataque público, grosseiro e espontâneo, dado que o tema nem sequer estava em pauta. O presidente informou ao país que o executivo estava "com a cabeça a prêmio", alegadamente por pretender indicar um diretor com passagem pela administração petista.

Ao atacado não restava alternativa além de pedir as contas — mesmo porque o ministro Paulo Guedes, da Economia, tratou de endossar os vitupérios de Bolsonaro.

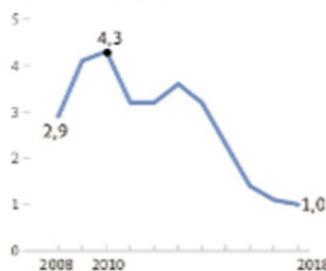
O que suscita inquietação no episódio não é a troca de nomes ou o futuro do BNDES. Espanta, isso sim, a futilidade dos motivos aventados para medida tão drástica.

Joaquim Levy ocupou a Fazenda no segundo mandato de Dilma Rousseff, numa tentativa atabalhoada de consertar estragos na economia e nas finanças públicas. Considerá-lo por isso um colaborador do PT — que na época sabotou o o quanto pôde — constitui tolice das mais primárias.

O economista estaria resistindo, segundo outra tese, a "abrir a caixa-preta" do banco federal de fomento. Vale dizer, não havia revelado supostos procedimentos escan-

Ascensão e queda do BNDES

Desembolso anual, % do PIB



Fonte: BNDES

dalos nas operações da instituição durante os governos petistas.

Ora, não resta dúvida de que naquele período se promoveu uma expansão temerária dos desembolsos do BNDES, com escolha desastrosa de empresas "campeãs nacionais" e subsídios desmedidos, de enorme custo orçamentário. Daí a ter havido dolo, entretanto, vai uma distância considerável.

Que se apurem as eventuais irregularidades, claro. Mas a missão de um dirigente de órgão estatal não pode ser uma caça às bruxas impulsionada por rancores ideológicos.

Ainda no sexto mês de governo, faltam elementos para avaliar de fora a atuação de Levy. Se Guedes arrependeu-se tão cedo de sua escolha, deveria ao menos ter zelado por uma substituição menos traumática — tarefa difícil, reconheça-se, sendo o presidente quem é.

Neófito no setor público, o ministro ainda está por demonstrar capacidade de formulação e execução. Para avançar além das bravatas costumeiras, dependerá da lealdade de servidores experientes.

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Poder
Data: 18/06/2019	Página: A10

FOLHA DE S.PAULO

Limpar para destruir

Um BNDES disfuncional talvez seja a real intenção do governo

Joel Pinheiro da Fonseca

Economista, mestre em filosofia pela USP

Joaquim Levy cometeu um crime imperdoável para o governo Bolsonaro: nomeou funções pela qualidade técnica dos quadros e não pelo alinhamento ideológico-partidário com o discurso oficial do governo. E é mais um caso que vem ilustrar a tônica dominante até aqui: quando o discurso ideológico —que move a militância radicalizada— e a qualidade técnica entram em conflito, a ideologia leva a melhor.

Joaquim Levy é um economista de excelência técnica e

que ao longo de sua carreira trabalhou para diversos governos: FHC, Lula, Dilma. Em qualquer democracia, isso é uma qualidade, uma virtude de um homem público: saber trabalhar com pessoas de todos os partidos, colocando os pés da ideologia no chão da realidade. No momento atual, tornou-se um vício, posto que toda divergência política é vista não como uma discordância legítima mas como crime de lesa-pátria.

A política de campeões nacionais que definiu o BNDES

dos anos Dilma, o que inclui os projetos megalomânicos no exterior, foi um imenso fracasso e parcialmente responsável pela crise que vivemos até hoje. O plano de Levy era reorientar o BNDES para aquilo em que o papel do Estado é imprescindível: investimentos sociais e tecnologia sem retorno de mercado imediato, suas funções legítimas. Não duvido que tenha havido corrupção lá dentro sim, embora não esteja claro que o montante desviado se compare às somas bilionárias que

foram esbanjadas dentro da lei. Transformar o banco em mais um espetáculo midiático de combate à corrupção provavelmente impediria seu funcionamento, que será essencial para uma retomada futura do crescimento.

Um BNDES disfuncional talvez seja, no entanto, a real intenção do governo. Podemos dizer, sem risco de exagerar, que o BNDES não é lá muito valorizado pela ideologia dominante no governo hoje. Para Paulo Guedes, todo banco público é suspeito, e interessa

mais que o BNDES retorne dinheiro ao Tesouro Nacional para que ele atinja a meta (desnecessária do ponto de vista econômico) de superávit desde o primeiro ano. Para o discurso de Bolsonaro, o BNDES representa a corrupção e o projeto de poder petista. Para ambos, interessa desmontar a instituição.

O governo Bolsonaro é seletivo na hora de fazer seu combate midiático à corrupção. Tudo que ele não gosta por motivos ideológicos vira alvo preferencial. Meio ambiente, educação, investimento público? Precisamos de uma Lava Jato para cada um deles, abrir todas as caixas-pretas, virá-los do avesso, não deixar pedra sobre pedra, rever cada contrato e exonerar cada funcionário, inviabilizando o próprio funcionamento dessas estruturas. O combate ao câncer com quimioterapia

pesada é um pretexto para, quem sabe, matar o paciente.

Agora, com as polícias, a propriedade rural, a mineração, as igrejas, a própria Operação Lava Jato —em suma, tudo aquilo de que o governo gosta—, ai de quem sonhar em abrir essas “caixas-pretas”, embora não me conste que haja menos corrupção neles do que na educação, no meio ambiente e no BNDES.

Gustavo Montezano, o novo presidente do banco, tem um bom currículo no mercado financeiro, o que não é garantia de que prezará pelos interesses da instituição que preside (vide o ministro Weintraub na Educação). Afinal, ele chega ao BNDES oriundo da Secretaria de Desestatização e —sublinhe-se— Desinvestimento. Só o tempo dirá se colocará em primeiro lugar os interesses do Brasil ou a agenda politiquieira do presidente.

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 18/06/2019	Página: --

FOLHA DE S.PAULO

Mercado passa a apostar em corte no juro após início fraco do 2º trimestre

Pesquisa do BC mostra pela 1ª vez estimativa de queda na Selic ao fim do ano, de 6,5% para 5,75%

18.jun.2019 às 2h00

São Paulo

O resultado abaixo do esperado da maioria dos indicadores já divulgados sobre o segundo semestre aponta para uma [economia](#) quase estagnada, além de aumentar a pressão para o Banco Central começar a cortar juros. Embora ainda mantenham [projeções de crescimento](#) para o período abril-junho, economistas já vislumbram um cenário mais [próximo da estagnação](#) e até de contração.

A segunda hipótese colocaria o Brasil no que se costuma chamar de “recessão técnica” —dois trimestres seguidos de PIB (Produto Interno Bruto) negativo. [Nos três primeiros meses do ano](#), o PIB encolheu 0,2%, primeira queda desde o fim de 2016.

Dados recentes abaixo das expectativas corroboram para aumentar a pressão sobre o Copom (Comitê de Política Monetária do BC), que se reúne nesta terça (18) e quarta-feira (19), por um corte na Selic (taxa básica de juros). Na pesquisa Focus divulgada nesta segunda (17) pelo BC, analistas projetam, pela primeira vez, redução da taxa neste ano, dos atuais 6,5% para 5,75% ao ano. A previsão para o PIB de 2019 segue em queda e foi abaixo de 1% (0,93%).

Os números de [abril não foram animadores](#). A indústria avançou 0,3%. As vendas do comércio recuaram 0,6%. O volume de serviços registrou sua primeira alta no ano, mas também em 0,3%. O indicador de atividade do BC apontou recuo de 0,47%.

Logo após a divulgação dos números do PIB, em maio, analistas mantiveram suas projeções de pequeno avanço entre abril e junho. Em parte, foram motivados por um ajuste do IBGE na metodologia de mensuração de efeitos sazonais. O impacto estatístico dessa mudança nos modelos dos economistas indica atividade um pouco mais forte. “O segundo trimestre vai ter um efeito estatístico por causa da greve de maio do ano passado. Na média, os números devem ser melhores do que no primeiro trimestre, mas seria efeito de base de comparação”, diz Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados.

“O PIB do segundo trimestre deverá ser fraco, e aumentou a chance de que seja negativo, embora ainda não pareça ser preponderante a chance de uma recessão técnica”, afirma Braulio Borges, economista da LCA Consultores.

Na avaliação de Luka Barbosa, economista do [Itaú Unibanco](#), os dados de abril não foram tão ruins, embora continuem demonstrando atividade fraca. Ele diz, porém, que maio pode ser pior, a partir de números da balança comercial e de índices de confiança. “Dados preliminares apontam para um segundo trimestre entre 0,2% e 0,3%”, afirma.

Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia, da FGV), afirma que o instituto projeta um segundo trimestre melhor que o primeiro, com avanço de 0,4%. “O segundo trimestre será importante para ver se a gente não vai para o fundo do poço”, diz.

O pesquisador Leonardo Mello de Carvalho, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), diz que o indicador da instituição mostrou avanço dos investimentos em abril, mas resultados positivos têm sido pontuais. “Por mais que a gente veja alguns fundamentos positivos, que poderiam dar início a um ciclo virtuoso, como juros, comprometimento de renda e inflação menores, tudo isso esbarra nesse cenário de incerteza e nos elevados indicadores de desocupação. São duas restrições que vêm enterrando a economia.”

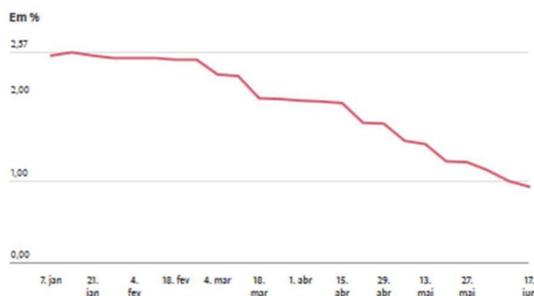
Carvalho diz que a instituição irá rever sua projeção de crescimento de 2% para o ano, feita em março. Matos afirma que o país caminha para um baixo crescimento em 2019, como nos anos anteriores, mas com composição pior para o PIB, por causa do comportamento fraco dos investimentos. O Ibre projeta expansão de 1,2% em 2019. “Nosso cenário não é esse, mas você começa a não poder descartar a possibilidade de recessão. Podemos não cair em recessão, mas é quase estagnação. Enquanto o investimento não voltar de fato, fica um crescimento capenga.”

O Itaú revisou na sexta (14) sua previsão para o PIB de 2019 de 1% para 0,8% e cortou a expectativa de Selic para 5% já em 2019 —antes, esse patamar seria atingido em 2020. Segundo Barbosa, o BC só deve começar a reduzir os juros após sinal de que a reforma da Previdência vá acontecer. Ele diz que aumentou a chance de que a votação do projeto na Câmara ocorra ainda neste semestre, possibilitando um corte da Selic já em julho.

Para Borges, o consumo de bens pelas famílias estagnado há cerca de seis meses reforça a percepção de que o nível dos juros básicos da economia não tem sido suficiente para estimular o consumo e o investimento no país. Ele está entre os analistas que defendem que o BC retome o quanto antes uma política de afrouxamento monetário.

Anaís Fernandes, Érica Fraga e Eduardo Cucolo

Projeção do PIB brasileiro



Fonte: Banco Central

Previsão da Selic para o fim do ano



Fonte: Banco Central

Economia mostra fraqueza no início do 2º trimestre

Varição sobre o mês anterior, em %

	Comércio (IBGE)	Indústria (IBGE)	Serviços (IBGE)	IBC-Br (Banco Central)
01/18/19			0,500	
fev.18		-0,100		
03/18/19			0,600	
abr.18			1,900	
mai.18		-1,500		
06/18/19		-0,300		
07/18/19		-0,300		
ago.18			1,800	
set.18		-1,000		
out.18		-0,900		
11/18/19				3,200
dez.18	-2,500			
01/19/19			0,600	
fev.19		-0,100		
03/19/19			0,100	
abr.19			-0,600	

Fontes: Banco Central e IBGE

Veículo: Política Livre	
Data: 17/06/2019	Caderno: Economia

Raul Monteiro
POLÍTICALIVRE
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

Mercado derruba projeção do PIB deste ano para menos de 1%

O mercado voltou a cortar a expectativa de crescimento da economia do Brasil neste ano, segundo a pesquisa Focus, divulgada pelo BC (Banco Central) nesta segunda-feira (17). O levantamento feito semanalmente mostra que a estimativa para o desempenho da economia brasileira em 2019 foi para 0,93%, ante a projeção de 1% da última publicação. Em 2017 e 2018, a economia brasileira avançou 1,1%. A pesquisa desta semana também indicou que a Selic (taxa básica de juros) deve terminar este ano em 5,75%, enquanto na semana passada a projeção era de 6,5%. A discussão do corte dos juros para tirar o país da estagnação ganhou força com a divulgação do resultado primeiro trimestre, que recuou 0,2%. Nesta quarta-feira (19), o Copom (Comitê de Política Monetária) do BC deve decidir se mantém ou se altera a Selic, atualmente em 6,5%. Embora a projeção desta segunda-feira para a economia brasileira fique abaixo de 1%, na primeira pesquisa do ano, em 7 de janeiro, a expectativa era que o desempenho em 2019 fosse de 2,53%. Na semana seguinte, ocorreu o único crescimento do ano, quando a previsão subiu para 2,57%. Desde então, o mercado passou a cortar a projeção. Os números desta semana indicam o 16º corte consecutivo. Na avaliação diária da pesquisa, o mercado vinha mantendo a previsão da Selic a 6,5% desde 31 de janeiro. O percentual se manteve assim até cair sequencialmente na semana passada, de 6,5% para 6,25% na quarta, depois para 6% na quinta, e 5,75% na sexta-feira (14). Nos três dias foram divulgados dados de abril, respectivamente, do comércio (queda de 0,6%), de serviços (alta de 0,3%) e do crescimento da economia (reco de 0,47%). Na publicação Focus desta semana, houve também corte para a projeção de crescimento em 2020. Na publicação anterior, a expectativa era de uma alta de 2,23%, agora, de 2,20%. Já o IPCA, índice que mede a inflação, deve fechar no fim do ano em 3,84% no acumulado de 12 meses. Há uma semana, o projetado era de 3,89%. O centro da meta oficial de 2019 é de 4,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos. A cotação do dólar para o fim do ano permanece inalterada em R\$ 3,80.

Folhapress

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política
Data 18/06/2019	Página: 06

Tribuna

Mercado passa a ver Selic a 5,75% e crescimento abaixo de 1% em 2019

O mercado reduziu com força a expectativa para a taxa básica de juros neste ano após 18 semanas de estabilidade, ao mesmo tempo em que passou a ver crescimento econômico abaixo de 1% em 2019 pela primeira vez. É o que mostra reportagem de Camila Moreira, Reuters.

A pesquisa Focus divulgada pelo Banco Central ontem mostrou que a estimativa agora é de que a taxa básica Selic termine este ano a 5,75%, uma forte redução ante estabilidade no atual patamar de 6,5% vista antes.

Os economistas consul-

tados passaram a ver três cortes seguidos de 0,25 ponto percentual na Selic, em setembro, outubro e dezembro.

O cenário para 2020 também apresentou redução na estimativa para os juros, a 6,5% de 7% no levantamento anterior.

Com isso, as perspectivas para o mercado como um todo se alinham às do Top-5, grupo dos que mais acertam as previsões, que também baixou a conta para a Selic este ano a 5,75%, de 6,5%, mantendo a perspectiva para 2020 em 6,5%.

A pesquisa semanal com uma centena de eco-

nomistas apontou ainda que a expectativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) este ano caiu a 0,93%, de 1% antes, no 16º corte seguido. Para o próximo ano caiu 0,03 ponto percentual, a 2,20%. Para a inflação, a alta do IPCA em 2019 passou a ser calculada em 3,84%, de 3,89% antes, com os investidores mantendo a expectativa de avanço de 4% no próximo ano. O centro da meta oficial de 2019 é de 4,25 por cento e, de 2020, de 4 por cento, ambos com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

A TARDE

O jornal de toda Bahia

CRISE Com dívidas que somam R\$ 98,5 bilhões, processo é o maior da história superando o da empresa de telefonia Oi

Odebrecht entra em recuperação judicial

DA REDAÇÃO E AGÊNCIAS

A Odebrecht ajuizou ontem, em conjunto com suas controladoras e algumas controladas, pedido de recuperação judicial na Comarca da Capital de São Paulo. Com dívidas que chegam a R\$ 98,5 bilhões, é o maior processo da história, superando a empresa de telefonia Oi, que chegou a R\$ 64 bilhões.

No caso da Odebrecht, o pedido de recuperação ajuizado contempla R\$ 51 bilhões de dívidas concursais, ou seja, passíveis de proteção de credores pela Justiça, excluídos neste montante os valores entre as próprias empresas do grupo e créditos extraconcursais.

Ainda compõem o pacote de dívidas: R\$ 14,5 bilhões extra-concursais que possuem garantias extras, como as ações da Braskem, além de R\$ 33 bilhões em dívidas com empresas dentro do grupo.

Não estão incluídas no pedido de recuperação judicial Braskem, Odebrecht Engenharia e Construção, Ocyan, OR S.A., Odebrecht Transport, Enseada Indústria Naval, assim como alguns ativos operacionais na América Latina e suas subsidiárias. Também estão fora da recuperação judicial da ODB a Atvos Agroindustrial (que já se encontra em recuperação judicial) e a Odebrecht Corretora de Seguros, Odebrecht Previdência e Fundação Odebrecht.

Braskem, OR, Ocyan, EIN, ODB, Odebrecht Engenharia e outras não estão incluídas

suas atividades. Conforme a empresa, o Grupo Odebrecht chegou a ter mais de 180 mil empregados cinco anos atrás. Hoje, tem 48 mil postos de trabalho como consequência da crise econômica que frustrou muitos dos planos de investimentos feitos pela ODB, do impacto reputacional pelos erros

metidos e da dificuldade pela qual empresas que colaboram com a Justiça passam para voltar a receber novos créditos e a ter seus serviços contratados.

A Odebrecht afirma ainda que continua empreendendo todos os esforços para otimizar sua liquidez e normalizar sua estrutura de capital,

"com o objetivo de reestruturar seus negócios de forma definitiva, viabilizando, assim, a manutenção dos empregos, do conhecimento tecnológico brasileiro e a criação de valor sustentável no interesse da sociedade e demais partes interessadas", como frisou a companhia em nota, distribuída

ontem à imprensa.

Nos bastidores, as informações são de que os membros do conselho de administração do grupo teriam passado o final de semana analisando os prós e contras do pedido, chegando à conclusão que era a única saída possível devido à crise financeira do grupo.



Grupo baiano vive crise após escândalos de corrupção

Nelson Almeida / AFP

Reestruturação

"Frente ao vencimento de diversas dívidas, da ocorrência de fatos imprevisíveis e dos recentes ataques aos ativos das empresas, a administração da ODB, com autorização do acionista controlador, concluiu que o ajuizamento da recuperação judicial se tornou a medida mais adequada para possibilitar a conclusão com sucesso do processo de reestruturação financeira de forma coordenada, segura, transparente e organizada, permitindo, desta forma, a continuidade das empresas e de sua função social", diz a empresa, em comunicado.

De acordo com a Odebrecht, tanto as empresas operacionais como as auxiliares e a própria ODB continuam normalmente

R\$ 51 bi

É o total de dívidas contemplado pelo processo de recuperação judicial, ou seja, apenas os valores passíveis de proteção de credores pela Justiça

Empresa espera se reerguer com medidas de compliance e processo de reestruturação

JOYCE DE SOUSA

O presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), Ricardo Alban, lamentou o pedido de recuperação judicial da Odebrecht. "É lamentável que um grupo empresarial, como Odebrecht, referência internacional, tenha parte de suas empresas em recuperação judicial", afirmou ontem, em nota, enviada à reportagem de A TARDE.

Para Alban, o processo brasileiro de combate à corrupção, embora necessário, "poderia ter sido melhor conduzido, punindo as pes-

soas responsáveis por atos ilícitos e não as empresas, que são patrimônios nacionais", como declarou o presidente da Fieb.

O líder empresarial baiano revelou ainda esperança de que a empresa vença as consequências negativas geradas pelos escândalos de corrupção denunciados pela Operação Lava Jato - a partir do histórico de qualidade técnica que historicamente caracterizou o grupo baiano, somado às recentes ações para combater quaisquer eventuais atos ilícitos que possam comprometer a imagem e operações. "Acre-

ditamos que a solidez organizacional e tecnológica do grupo, bem como o forte trabalho de compliance, certamente permitirão que a empresa supere esta fase", conclui Ricardo Alban.

Empregados

Ontem, enquanto o mercado reagia à notícia da recuperação judicial, a empresa emitia um comunicado interno aos funcionários, pedindo empenho nesse novo momento. "É importante que vocês mantenham a mesma dedicação e concentração jamais negadas na execução e superação dos

seus programas de ação", diz o texto, assinado pelo diretor-presidente da Odebrecht, Luciano Guidolin, e que acabou vazando para a imprensa.

O Grupo Odebrecht foi fundado, em 1944, na Bahia, pelo pernambucano Norberto Odebrecht, tendo se tornado um conglomerado de atuação nacional e internacional visto como ícone do potencial da economia do estado. As denúncias de corrupção culminaram na prisão do então presidente, Marcelo Odebrecht, neto do fundador Norberto, que faleceu em julho de 2014.

Indústria baiana lamenta medida